



Nota Técnica

Número 133 – março 2014

## O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro

### Resultados da Rais 2012

## O Mercado de Trabalho Formal Brasileiro Resultados da Rais 2012

O mercado formal de trabalho brasileiro, em 2012, continuou a apresentar crescimento, a exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, ainda que em ritmo menos intenso. Esta nota técnica analisa esses resultados e, para tanto, utiliza a mesma abordagem que o DIEESE empregou no capítulo 4 do livro *A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000*<sup>1</sup>, no qual foram avaliadas as principais tendências e trajetórias para o mercado de trabalho formal brasileiro no período compreendido entre os anos 2000 e 2009. Esta metodologia de análise também foi empregada na Nota Técnica nº 116, de outubro de 2012, que avaliou os dados da Rais para os anos de 2010 e 2011<sup>2</sup>.

Esta Nota está estruturada em duas partes. Na primeira, o estoque dos empregos formais é analisado tendo como foco a composição geográfica para Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. A segunda parte discute qualitativamente as características do estoque de empregos.

### A evolução do estoque de empregos formais

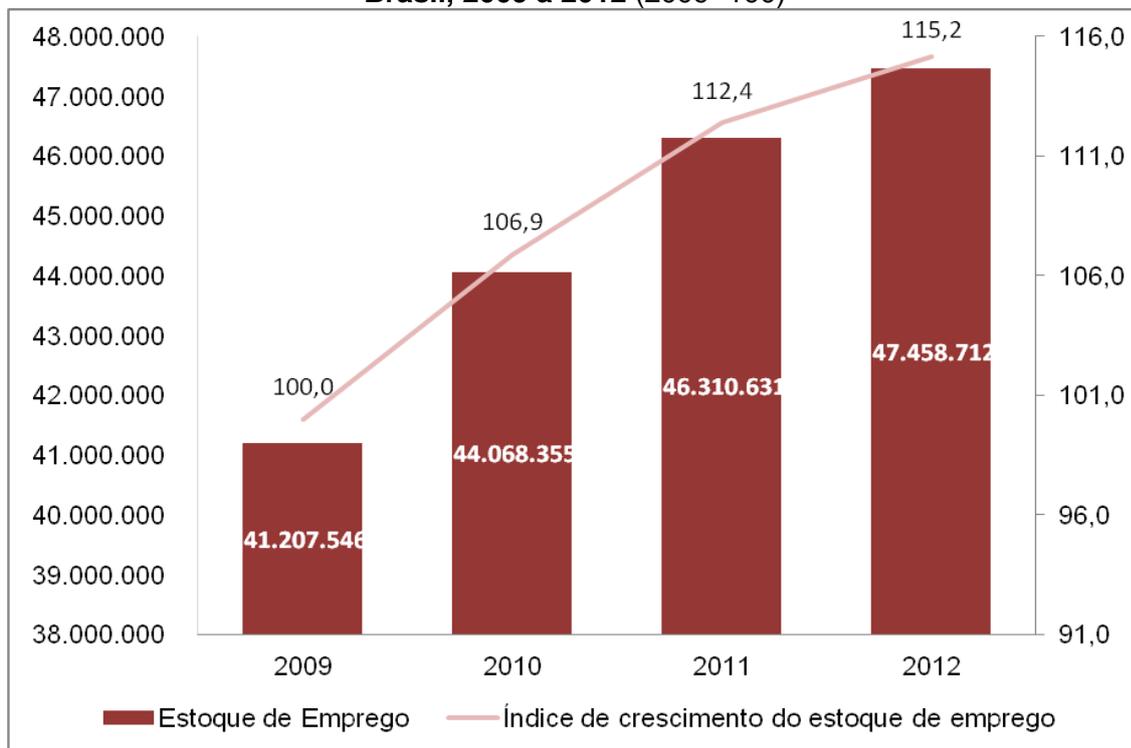
O estoque de empregos computados na Rais manteve-se em crescimento, comportamento já verificado desde a década anterior. Contudo, em relação aos anos mais recentes, em 2012 foi registrado o menor aumento. Sempre considerando o estoque de empregos do ano imediatamente anterior, em 2010 o crescimento foi de 6,9%, em 2011 de 5,1% e, em 2012, de 2,5%. Assim, com os dados de 2012, considerando o total de 47.458.712 vínculos formais de emprego, verifica-se que, em três anos, houve a incorporação de mais de 6 milhões de vínculos (Gráfico 1)

A desaceleração do crescimento do estoque de empregos, verificado entre 2011 e 2012, acompanha o movimento apurado para o Produto Interno Bruto (PIB). Contudo, enquanto o PIB cresceu a um ritmo de 1,0% neste último ano, o estoque de empregos expandiu-se de forma mais intensa, já que chegou a 2,5%. Ainda que em maiores proporções, o mesmo movimento foi verificado em 2011 (Gráfico 2).

<sup>1</sup> DIEESE. *A Situação do Trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000*. São Paulo: DIEESE, 2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/livroSituacaoTrabalhoBrasil/livroSituacaoTrabalhoBrasil.pdf>>

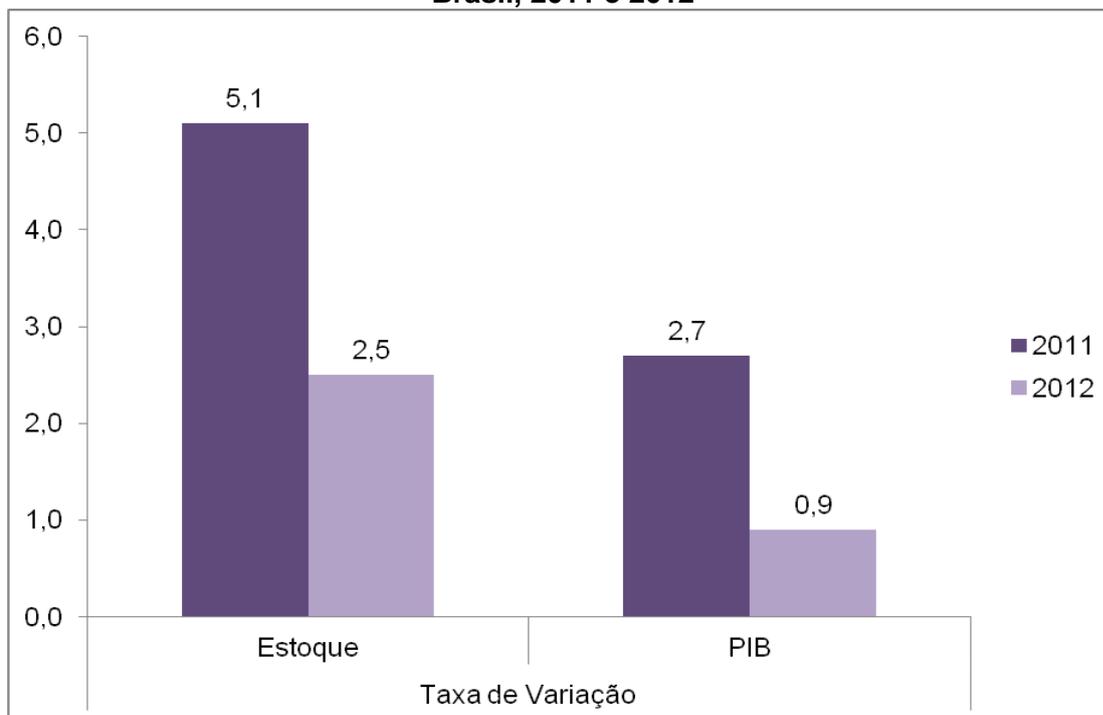
<sup>2</sup> Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2012/notaTec116rais.pdf>>

**GRÁFICO 1**  
**Estoque de empregos formais e evolução do índice de crescimento do estoque**  
**Brasil, 2009 a 2012 (2009=100)**



Fonte: MTE. Rais  
 Elaboração: DIEESE

**GRÁFICO 2**  
**Variação percentual do estoque de emprego formal e do PIB**  
**Brasil, 2011 e 2012**



Fonte: MTE. Rais. Conta Nacionais Trimestrais/IBGE  
 Elaboração: DIEESE

A distribuição do estoque de empregos formais pelos estados e grandes regiões em 2012 não difere da verificada em 2011. A Região Sudeste manteve a participação de 50,8%, seguido pela Região Nordeste, com 18,1%, e da Região Sul, com 17,1%. Em relação aos estados, São Paulo continua respondendo pela maior participação com 29,0% do estoque de empregos, seguido de Minas Gerais (10,4%) e Rio de Janeiro (9,4%). Na Região Sul destacam-se Paraná e Rio Grande do Sul, com 6,4% e 6,3%, e no Nordeste, o estado com maior participação é a Bahia, com 4,8% (Tabela 1).

**TABELA 1**  
**Distribuição percentual do estoque de emprego formal**  
**Grandes Regiões e UFs, 2011 e 2012**

Grandes Regiões e UFs	2011		2012	
	Abs.	%	Abs.	%
<b>Norte</b>	<b>2.562.748</b>	<b>5,5</b>	<b>2.622.185</b>	<b>5,5</b>
Rondônia	352.460	0,8	365.142	0,8
Acre	121.321	0,3	125.229	0,3
Amazonas	597.910	1,3	616.377	1,3
Roraima	91.988	0,2	93.777	0,2
Pará	1.037.089	2,2	1.052.344	2,2
Amapá	119.211	0,3	122.956	0,3
Tocantins	242.769	0,5	246.360	0,5
<b>Nordeste</b>	<b>8.481.080</b>	<b>18,3</b>	<b>8.613.556</b>	<b>18,1</b>
Maranhão	675.274	1,5	696.348	1,5
Piauí	393.363	0,8	418.380	0,9
Ceará	1.406.906	3,0	1.423.648	3,0
Rio Grande do Norte	592.444	1,3	602.226	1,3
Paraíba	614.813	1,3	628.047	1,3
Pernambuco	1.648.927	3,6	1.694.647	3,6
Alagoas	497.898	1,1	505.132	1,1
Sergipe	385.837	0,8	388.507	0,8
Bahia	2.265.618	4,9	2.256.621	4,8
<b>Sudeste</b>	<b>23.514.877</b>	<b>50,8</b>	<b>24.099.808</b>	<b>50,8</b>
Minas Gerais	4.850.976	10,5	4.928.225	10,4
Espírito Santo	902.070	1,9	926.336	2,0
Rio de Janeiro	4.349.052	9,4	4.461.706	9,4
São Paulo	13.412.779	29,0	13.783.541	29,0
<b>Sul</b>	<b>7.902.443</b>	<b>17,1</b>	<b>8.129.698</b>	<b>17,1</b>
Paraná	2.920.277	6,3	3.033.665	6,4
Santa Catarina	2.061.577	4,5	2.103.002	4,4
Rio Grande do Sul	2.920.589	6,3	2.993.031	6,3
<b>Centro-Oeste</b>	<b>3.849.483</b>	<b>8,3</b>	<b>3.993.465</b>	<b>8,4</b>
Mato Grosso do Sul	597.968	1,3	617.193	1,3
Mato Grosso	709.377	1,5	744.558	1,6
Goiás	1.385.230	3,0	1.450.065	3,1
Distrito Federal	1.156.908	2,5	1.181.649	2,5
<b>Brasil</b>	<b>46.310.631</b>	<b>100,0</b>	<b>47.458.712</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE. Rais  
Elaboração: DIEESE

A Região Centro-Oeste foi a que apresentou maior taxa de crescimento do estoque de empregos em 2012 em relação ao dado de 2011, com aumento de 3,7%. Na sequência, veio a região Sul, com 2,9%. A Região Norte que, em 2011, havia registrado a maior taxa de crescimento na comparação com o ano anterior, em 2012 ficou ligeiramente abaixo da média nacional (2,3% contra 2,5%). O Nordeste teve a menor taxa de crescimento do estoque de empregos formais, de 1,6% (Tabela 2). A magnitude das taxas de crescimento não foi suficiente para alterar substancialmente as participações das regiões no total de emprego no Brasil.

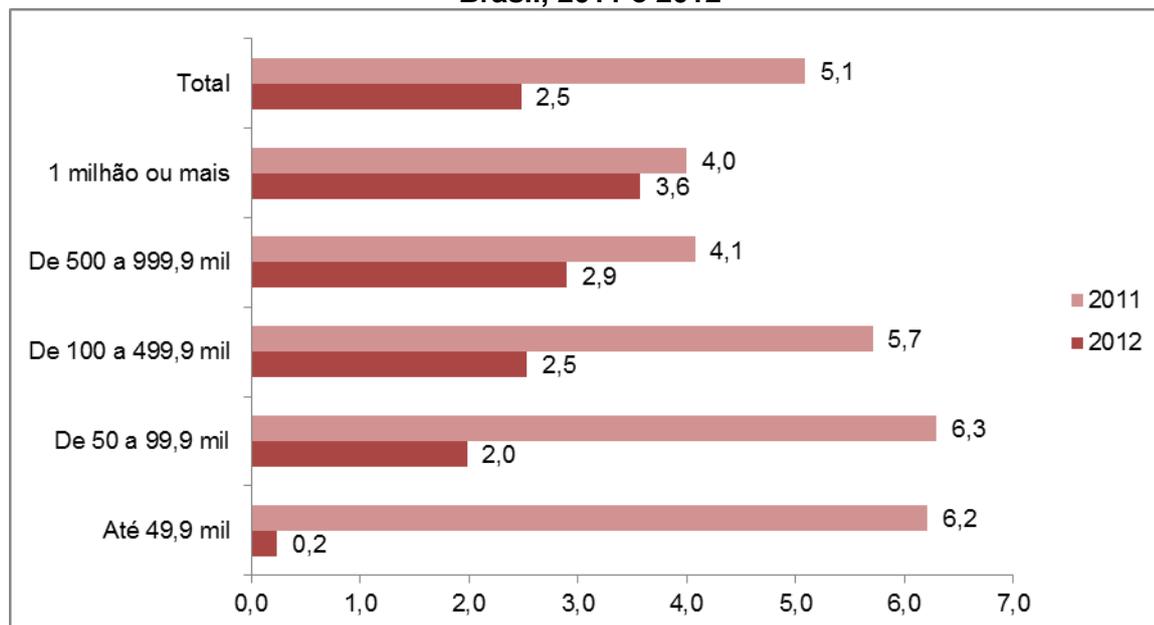
**TABELA 2**  
**Evolução do Índice e variação percentual do estoque de emprego formal**  
**Brasil e Grandes Regiões, 2011 e 2012 (2009=100)**

<b>Grandes regiões</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Norte	117,0	119,7
Taxa de variação	6,4	2,3
Nordeste	114,3	116,1
Taxa de variação	5,9	1,6
Sudeste	111,5	114,2
Taxa de variação	4,7	2,5
Sul	111,6	114,9
Taxa de variação	4,6	2,9
Centro-Oeste	112,6	116,9
Taxa de variação	6,0	3,7
<b>Brasil</b>	<b>112,4</b>	<b>115,2</b>
Taxa de variação	5,1	2,5

Fonte: MTE. Rais  
Elaboração: DIEESE

O ano de 2012 apresenta uma característica peculiar no que diz respeito ao crescimento do emprego formal, segundo porte de municípios. Desde o começo da década, a geração de postos de trabalho foi mais intensa em municípios de menor porte. Em 2012, porém, verificou-se o contrário. Enquanto o total de empregos formais cresceu 2,5% em 2012, em relação a 2011, este percentual foi de 3,6% para as cidades com mais de 1 milhão de habitantes, percentual próximo aos 4,0% verificados em 2011 em comparação com 2010. Já os municípios de até 49,9 mil habitantes e de 50 a 99,9 mil habitantes apresentaram variação de 0,2% e 2,0%, respectivamente, significativamente menores do que os percentuais de 6,2% e 6,3% apresentados no ano anterior (Gráfico 3).

**GRÁFICO 3**  
**Taxa de variação do estoque de emprego formal por faixa de tamanho do município**  
**Brasil, 2011 e 2012**



Fonte: MTE. Rais  
 Elaboração: DIEESE

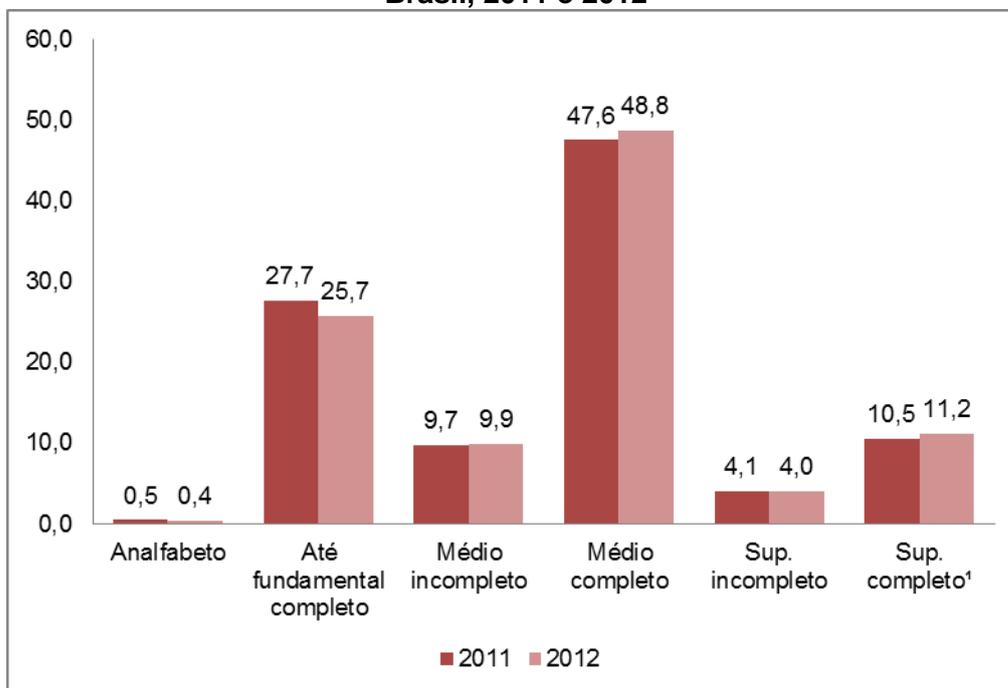
## Qualidade dos postos de trabalho gerados em 2012

Outro aspecto a ser considerado diz respeito à caracterização e à análise da qualidade dos empregos gerados em 2012. Esta questão ganha relevância uma vez que uma das principais bandeiras conjuntas das centrais sindicais, no momento, refere-se à luta contra a rotatividade, que é uma forma de precarização das relações de trabalho. Além disso, os indicadores aqui apresentados buscam ampliar a capacidade de percepção de temas que têm como centro as discussões de trabalho decente, como as questões de gênero (traduzidas em indicadores de escolaridade segundo o sexo dos trabalhadores e diferenças de remuneração entre homens e mulheres); as formas de admissão e de desligamento do emprego formal; e o tempo de permanência no emprego.

### Escolaridade

Os dados de escolaridade para 2012 evidenciam a manutenção da trajetória de elevação do nível de instrução formal dos trabalhadores incluídos na Rais. Há uma discreta elevação de 0,7 pontos percentuais (p.p.) no total de postos ocupados por trabalhadores com ensino superior completo, quando comparados com 2011. Dessa forma, trabalhadores com este nível de instrução ocupam 11,2% do estoque de empregos em 2012. Há, ainda, um aumento de 1,2 p.p. nos vínculos ocupados por quem tem ensino médio completo, e estes trabalhadores atingem a 48,8% do total. Simultaneamente, cai 2,0 p.p. a participação dos postos ocupados por trabalhadores com até o ensino fundamental completo, chegando a 25,7%, em 2012 (Gráfico 4).

**GRÁFICO 4**  
**Distribuição do emprego formal segundo grau de escolaridade**  
**Brasil, 2011 e 2012**



Fonte: MTE/Rais

Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado

Apesar de a participação feminina no mercado de trabalho formal corresponder a 42,5%, em 2012, as mulheres são maioria entre os ocupados mais escolarizados já que respondiam por 52,0% dos postos de trabalho ocupados por pessoas com ensino superior incompleto e 58,6% com ensino superior completo. Também é forte sua presença entre trabalhadores com ensino médio completo, onde elas responderam por 44,4% dos empregos no ano (Tabela 3).

**TABELA 3**  
**Proporção (em %) de mulheres entre os trabalhadores formais segundo grau de escolaridade**  
**Brasil, 2011 e 2012**

Escolaridade	2011	2012
Analfabeto	12,1	12,8
Até 5ª Incompleto	22,4	22,7
5ª Completo Fundamental	26,9	27,1
6ª a 9ª Fundamental	28,0	28,4
Fundamental Completo	31,5	32,2
Médio Incompleto	34,7	34,9
Médio Completo	44,4	44,4
Superior Incompleto	52,0	52,0
Superior Completo	58,5	58,6
Total	41,9	42,5

Fonte: MTE/Rais

Elaboração: DIEESE

Nota : Superior completo inclui também mestrado e doutorado

## Admissões

O percentual de admissões ocorridas sob a forma de Reemprego foi ligeiramente maior em 2012, do que em 2011 (76,5% contra 75,6%). Ao mesmo tempo, o percentual de admissões por Primeiro Emprego recuou levemente, de 17,0% para 15,8%. Os admitidos por Reemprego predominam em todas as faixas de escolaridade, mas se destacam particularmente entre os analfabetos e com o ensino fundamental completo, segmentos em que somaram mais de 80,0% dos empregos em 2012. Já os admitidos por Primeiro Emprego destacam-se na faixa de escolaridade do Ensino médio incompleto, na qual responderam por 26,2% dos empregos, em 2012, 10,4 p.p. acima da participação média no total das admissões no ano. Já em relação às outras formas<sup>3</sup> de admissão, que somaram 7,7% no ano em análise, destaca-se o elevado percentual para os trabalhadores de Educação superior completa, segmento em que alcança 14,3% (Tabela 4).

**TABELA 4**  
**Participação (em %) dos admitidos por tipo de admissão e grau de escolaridade**  
**Brasil, 2010 e 2011**

Ano	Tipo de Admissão	Analfabeto	Até fundamental completo	Ens. Médio incompleto	Ens. Médio completo	Ed. Sup. Incompleta	Ed. Sup. Completa <sup>(1)</sup>	Total
2011	Primeiro Emprego	14,3	14,3	27,4	16,6	15,8	17,2	17,0
	Reemprego	80,8	79,5	67,6	76,4	73,1	69,5	75,6
	Outros	4,9	6,2	5,1	7,0	11,1	13,3	7,4
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
2012	Primeiro Emprego	12,9	13,3	26,2	15,1	15,3	16,0	15,8
	Reemprego	82,5	80,6	67,7	77,8	73,4	69,7	76,5
	Outros	4,6	6,2	6,0	7,1	11,3	14,3	7,7
	Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: MTE/Rais

Elaboração: DIEESE

Nota (1): Superior completa inclui escolaridade superior completa, mestrado e doutorado

A exemplo do que ocorreu em anos anteriores, o Comércio varejista foi o subsetor que mais empregou trabalhadores admitidos na categoria de Primeiro Emprego. Em 2012, esse segmento respondeu por 24,2% das admissões, percentual bastante próximo ao verificado no ano anterior (23,8%). A Administração pública direta e autárquica ficou em segundo lugar, com 16,9% das admissões por Primeiro Emprego, 0,7 p.p. a menos do que no ano anterior. Na sequência apareceram os Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação, com 12,4%, um aumento de 0,5 p.p. na participação em relação ao ano anterior (Tabela 5).

<sup>3</sup> Transferências com e sem ônus para o empregador e reintegração.

**TABELA 5**  
**Número e distribuição percentual de admitidos em primeiro emprego por subsetor de atividade**  
**Brasil, 2011 e 2012**

Subsetores de atividade	2011		2012	
	Em nº abs.	Em %	Em nº abs.	Em %
Extrativa mineral	6.711	0,2	5.707	0,2
Indústria de produtos minerais não metálicos	25.041	0,9	22.017	0,9
Indústria metalúrgica	34.228	1,2	29.436	1,1
Indústria mecânica	17.876	0,6	16.429	0,6
Indústria do material elétrico e de comunicações	13.295	0,5	12.582	0,5
Indústria do material de transporte	16.889	0,6	15.363	0,6
Indústria da madeira e do mobiliário	29.342	1,1	26.469	1,0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	16.348	0,6	14.843	0,6
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	14.554	0,5	13.271	0,5
Ind. química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	37.080	1,3	34.599	1,3
Indústria têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	68.352	2,5	60.962	2,4
Indústria de calçados	28.629	1,0	25.247	1,0
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	113.843	4,1	106.042	4,1
Serviços industriais de utilidade pública	14.938	0,5	11.291	0,4
Construção civil	154.027	5,6	136.476	5,3
Comércio varejista	660.834	23,8	619.120	24,2
Comércio atacadista	74.680	2,7	72.282	2,8
Instituições de crédito, seguros e capitalização	36.156	1,3	34.368	1,3
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários, serv. técnico	263.192	9,5	250.193	9,8
Transportes e comunicações	93.155	3,4	88.048	3,4
Serv. de alojamento, alimentação, reparação, manutenção, redação	330.063	11,9	319.022	12,4
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	60.464	2,2	57.988	2,3
Ensino	75.073	2,7	74.643	2,9
Administração pública direta e autárquica	490.206	17,7	434.413	16,9
Agricultura, silvicultura, criação de animais, extrativismo vegetal	97.824	3,5	82.537	3,2
<b>Total</b>	<b>2.772.800</b>	<b>100,0</b>	<b>2.563.348</b>	<b>100,0</b>

Fonte: MTE/Rais

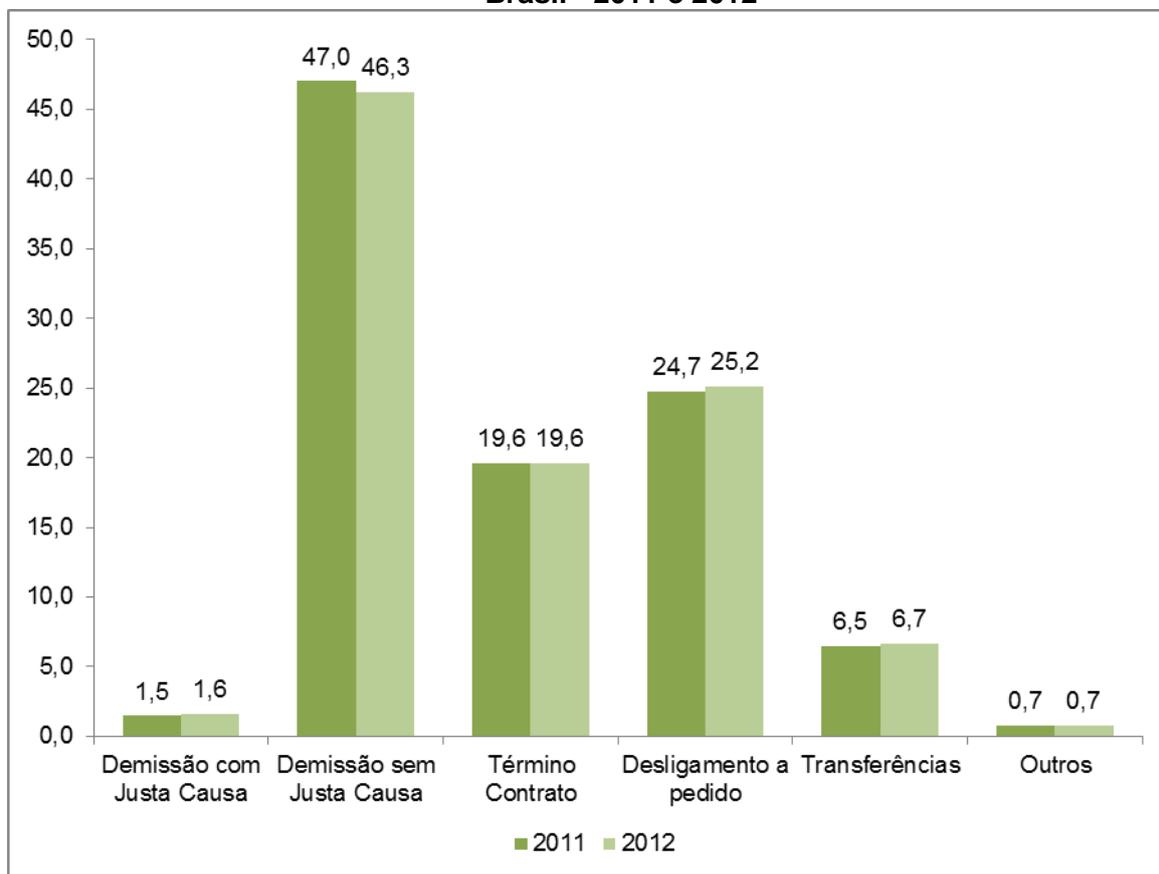
Elaboração: DIEESE

Obs.: No total estão incluídos os ignorados

## Desligamentos

As demissões sem justa causa por iniciativa do empregador predominaram no mercado de trabalho e responderam por 46,3% dos desligamentos ocorridos em 2012. Aparecem, na sequência, os desligamentos a pedido do trabalhador, que somaram 25,2%. As duas categorias apresentaram ligeira variação de -0,7 p.p., no primeiro caso e 0,5 p.p., no segundo, em relação ao ano anterior. Já os desligamentos por término de contrato totalizaram 19,6% em 2012, mesmo percentual verificado no ano anterior (Gráfico 5).

**GRÁFICO 5**  
**Distribuição percentual dos desligamentos segundo suas causas**  
**Brasil - 2011 e 2012**



Fonte: MTE/Rais  
 Elaboração: DIEESE

O mercado de trabalho formal no Brasil é marcado por alta rotatividade, evidenciada pelo baixo tempo de permanência do trabalhador em seu último posto de emprego. Em 2012, 65,1% dos vínculos de trabalho encerrados no ano tiveram um tempo de duração inferior a um ano completo, sendo que 30,6% não chegaram a completar três meses.

Este é um fenômeno que se verifica com maior ou menor intensidade a depender do tipo de desligamento analisado. No caso dos desligamentos por término de contrato, 90,7% se deram com menos de um ano completo, em 2012, e 72,0% com um período inferior a três meses. No caso dos desligamentos a pedido do trabalhador, três quartos se deram em período inferior a um ano (75,7%). Em que pese o fato de os desligamentos a pedido terem o menor percentual relativo, este ainda corresponde a mais da metade dos desligamentos ocorridos em 2012, 52,5% (Tabela 6).

**TABELA 6**  
**Tempo de permanência no emprego dos trabalhadores formais desligados, por causa de desligamento**  
**Brasil, 2011 e 2012**

Ano	Desligamento	Até 2,9	3,0 a 5,9	6,0 a 11,9	12,0 a 23,9	24,0 a 35,9	36,0 a 59,9	60,0 a 119,9	120,0 ou mais	Total <sup>1</sup>	Ignorados
2011	Demissão com justa causa	23,1	21,2	21,7	15,6	6,9	5,8	3,7	1,8	100,0	0,2
	Demissão sem justa causa	11,1	15,0	27,0	21,4	9,8	8,4	5,3	1,9	100,0	0,1
	Término contrato	71,1	11,0	10,4	3,6	1,0	0,8	0,4	0,4	100,0	1,3
	A pedido	39,5	20,1	16,9	11,6	4,7	3,4	1,9	1,0	100,0	0,9
	Outros	18,5	12,1	15,7	16,6	8,9	9,8	8,3	9,4	100,0	0,8
	Total <sup>(1)</sup>	30,6	15,3	20,4	15,1	6,7	5,7	3,7	1,9	100,0	0,6
2012	Demissão com justa causa	22,2	20,9	22,0	16,4	6,8	6,1	3,7	1,8	100,0	0,1
	Demissão sem justa causa	11,1	14,8	26,6	21,9	10,0	8,5	5,1	1,9	100,0	0,1
	Término contrato	72,0	8,3	10,4	4,5	1,1	1,4	0,6	0,4	100,0	1,3
	A pedido	38,5	19,9	17,3	12,4	4,5	3,6	2,0	1,0	100,0	0,9
	Outros	17,7	11,6	15,5	17,4	9,2	9,5	8,6	9,9	100,0	0,6
	Total <sup>(1)</sup>	30,6	14,7	20,2	15,7	6,7	5,9	3,7	2,0	100,0	0,6

Fonte: MTE/Rais

Elaboração: DIEESE

(1) O total inclui ignorados

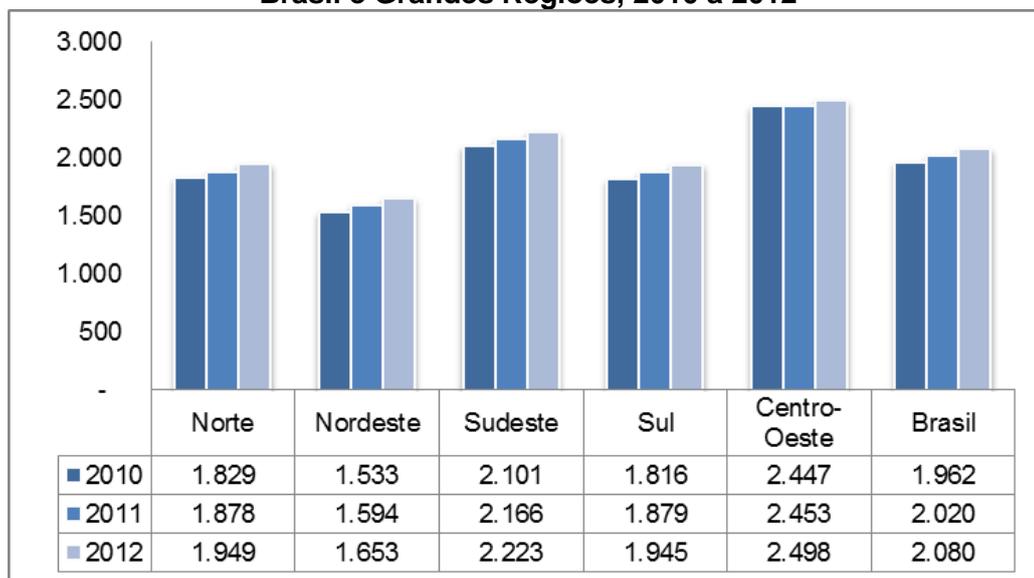
## Remuneração média real

A remuneração do trabalhador brasileiro no segmento formal chegou, em dezembro de 2012, a um patamar médio de R\$ 2.080, o que representa crescimento real de 3,0% sobre a remuneração média em 2011, e um aumento de 6,0% quando comparada à de 2010 (Gráfico 5). Assim, os dados da Rais 2012 evidenciam a manutenção de trajetória de crescimento da remuneração, dado por um incremento da massa salarial superior ao aumento do estoque de empregos. Na comparação com 2011, o estoque de empregos formais remunerados<sup>4</sup>, em 2012, cresceu 2,4%, enquanto a massa salarial aumentou 12,0%, em termos reais, chegando a R\$ 94.770.084.332.

Permaneceram, porém, assimetrias de remuneração por região. Com R\$ 2.498, o Centro-Oeste responde pela maior remuneração média, seguido pela Região Sudeste, com R\$ 2.223. Região Sul e Região Norte apresentam remuneração média em patamar equivalente de R\$ 1.945 e R\$ 1.949, respectivamente, enquanto o Nordeste registra a menor remuneração média, R\$ 1.653.

<sup>4</sup> Para não haver viés no cálculo da remuneração média, ela é calculada excluindo da base os vínculos que registram remuneração igual a 0. Por este motivo, o estoque e a variação dos empregos em relação a 2009 não são os mesmos apresentados no início desta nota.

**GRÁFICO 5**  
**Evolução da remuneração média real**  
**Brasil e Grandes Regiões, 2010 a 2012**



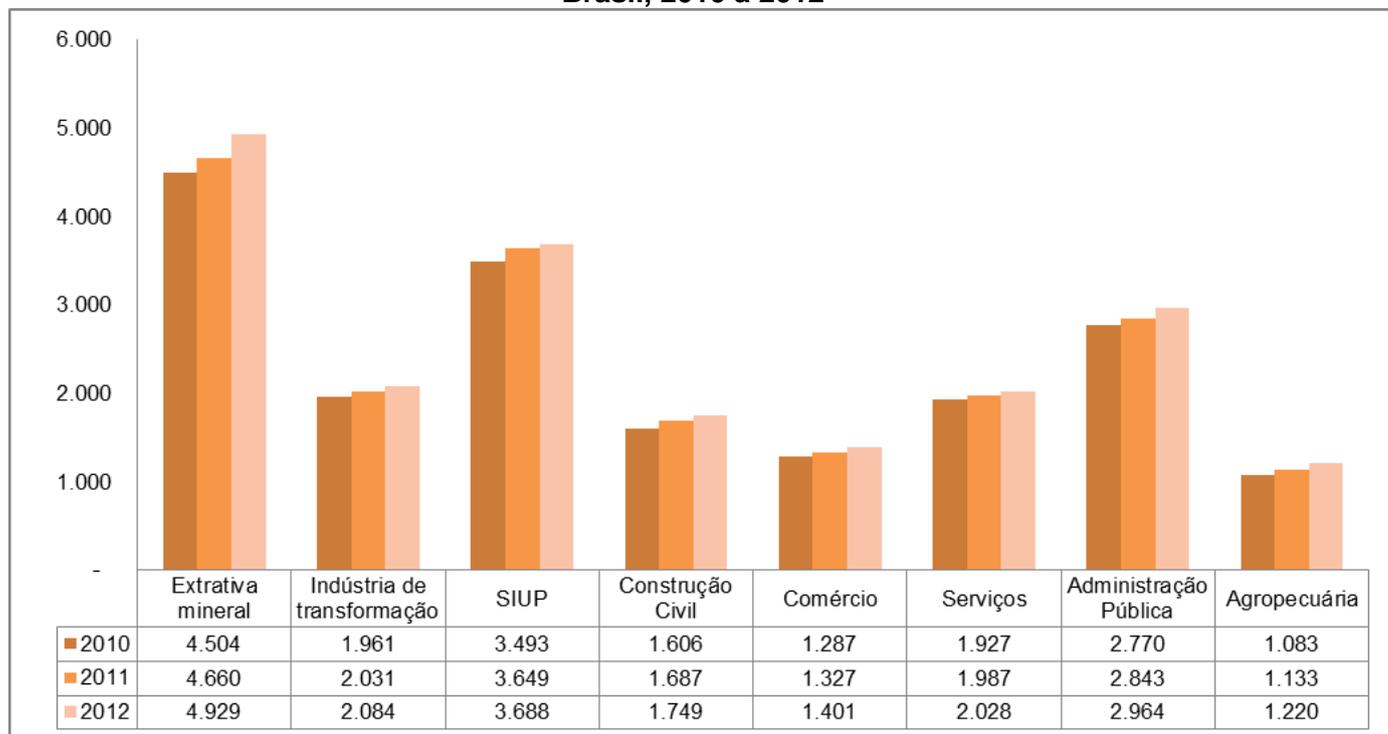
Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em R\$ de dezembro de 2012

No que se refere à remuneração dos setores de atividade econômica, em 2012, a remuneração média dos trabalhadores no setor Extrativa mineral foi a mais elevada, com R\$ 4.929, seguido dos Serviços Industriais de Utilidade Pública (Siup), com R\$ 3.688, e pela Administração Pública (R\$ 2.964). Os setores da Agropecuária (R\$ 1.220) e do Comércio (R\$ 1.401), por sua vez, são os que apresentaram as menores remunerações médias. Desta forma, mantiveram-se, neste ano, as disparidades de remuneração média entre os setores de atividade. Em relação às taxas de crescimento, comparando a remuneração média de 2012 com 2011, as maiores variações se verificaram na Agropecuária, com 7,7%, e em Extrativa mineral, com 5,8% (Gráfico 6).

**GRÁFICO 6**  
**Evolução da remuneração média real por setores de atividade econômica**  
**Brasil, 2010 a 2012**



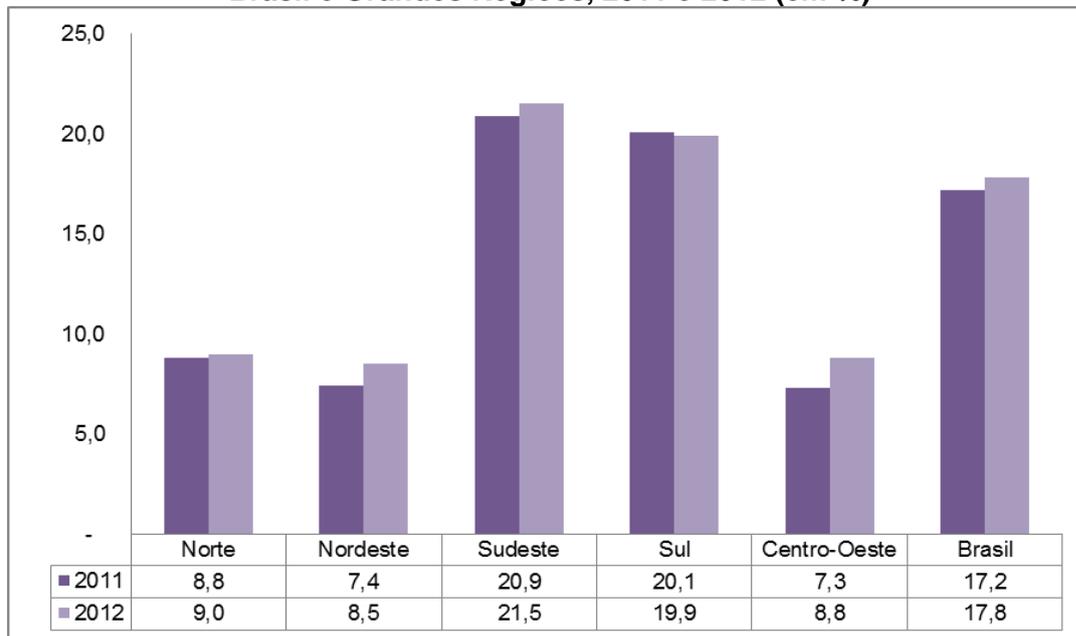
Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Obs.: Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em R\$ de dezembro de 2012

O mercado de trabalho brasileiro é marcado pela persistente diferença de remuneração média entre trabalhadores homens e mulheres. Em 2012, as mulheres receberam, em média, 17,8% a menos que os homens, uma diferença de 0,6 p.p. em relação ao verificado no ano anterior. Essas diferenças são maiores nos estados da região Sudeste (21,5%) e Sul (19,9%), e menores nos estados das demais regiões. As regiões Nordeste e Centro Oeste tiveram um ligeiro aumento do hiato da remuneração entre homens e mulheres de um ano para outro, passando de 7,4% para 8,5%, no primeiro caso, e de 7,3% para 8,8% no segundo (Gráfico 7).

**GRÁFICO 7**  
**Hiato na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens <sup>(1) (2)</sup>**  
**Brasil e Grandes Regiões, 2011 e 2012 (em %)**



Fonte: MTE. Rais  
 Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em valores reais de novembro de 2013

(2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

Igualmente, as distinções na remuneração média são verificadas com maior ou menor intensidade por setores de atividade econômica. Como já verificado nos textos anteriores, elas se fazem maiores nos setores da Indústria de transformação, Administração pública, Serviços, e menores para os setores Extrativa mineral e Construção civil, onde a remuneração média feminina é, inclusive, superior à dos homens. Em 2012, uma mulher recebeu, em média, 34,9% a menos que um homem no setor de Indústria de transformação, 27,2% para a Administração pública e 20,8% nos serviços. Na Construção civil, porém, as trabalhadoras do sexo feminino ganharam 7,0% a mais que os homens, percentual, entretanto, inferior ao verificado no ano anterior, quando foi de 10,3% (Tabela 7).

**TABELA 7**  
**Hiato na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens <sup>(1) (2)</sup> por setores de atividade**  
**Brasil, 2011 e 2012 (em %)**

Setores de atividade	Anos	
	2011	2012
1 - Extrativa mineral	0,5	2,8
2 - Indústria de transformação	35,5	34,9
3 - Serviços industriais de utilidade pública	10,2	14,1
4 - Construção Civil	-10,3	-7,0
5 - Comércio	19,2	19,4
6 - Serviços	20,2	20,8
7 - Administração Pública	26,1	27,2
8 - Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	18,1	19,3
Total	17,2	17,8

Fonte: MTE. Rais

Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC, em valores reais de novembro de 2013

(2) Significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

## Considerações Finais

O DIEESE, no livro A Situação do Trabalho no Brasil na Primeira Década dos Anos 2000, trouxe, no capítulo 4, uma análise dos indicadores da Rais que permitiram um diagnóstico das principais características e tendências do mercado de trabalho formal no Brasil, no período indicado. Em 2012, esta mesma instituição atualizou a análise efetuada no livro para acompanhar a movimentação destes indicadores para os anos de 2010 e 2011. Assim, o objetivo da presente nota, é monitorar a evolução destes mesmos indicadores para o ano de 2012.

O ano de 2012 mantém as características de crescimento do emprego formal e da renda, o que parece ser uma tendência estabelecida no caso brasileiro, com o pequeno interregno em 2009, por conta dos efeitos da crise internacional. No período aqui analisado, o emprego formal cresceu 2,5%, o menor percentual verificado nos últimos anos. Já a remuneração média do trabalhador cresceu proporcionalmente mais, 3,2%.

O último ano estudado não evidenciou comportamento distinto daquele já verificado para os anteriores no que tange às principais características do emprego formal no Brasil, como distribuição geográfica, tipo de admissão e desligamento, escolaridade, entre outros. Contudo, chama atenção a redução do crescimento do emprego nos municípios de menor porte populacional. Até os últimos anos, os municípios com até 49,9 mil habitantes possuíam uma taxa de crescimento do emprego formal bastante significativa. Em 2011, por exemplo, foi de 6,2% frente os dados de 2010, e em média superior ao incremento de 5,1% para o emprego como um todo. Neste mesmo ano, os municípios que tinham entre 50 e 99,9 mil habitantes registraram um crescimento de 6,3% no estoque de empregos formais. Já em 2012, enquanto o total do emprego formal no Brasil foi de 2,5%, os municípios com esta população apresentaram crescimento de 0,2% e 2,0%, respectivamente.

Os aspectos relativos a algumas tendências históricas do mercado de trabalho brasileiro, como o hiato da remuneração média das mulheres em relação aos homens - apesar da maior participação relativa da mão de obra feminina no mercado de trabalho formal dos postos de trabalho com mais escolaridade -; a rotatividade - evidenciada pelo baixo tempo de permanência dos trabalhadores nos vínculos de trabalho - em especial, aqueles temporários; as discrepâncias regionais de remuneração média, também aparecem nas estatísticas do mercado de trabalho formal em 2012, em relativa estabilidade com os indicadores analisados para os anos recentes.

Rua Aurora, 957 – 1º andar  
CEP 05001-900 São Paulo, SP  
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394  
E-mail: en@dieese.org.br  
www.dieese.org.br

**Presidente: Antônio de Sousa** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

**Vice Presidente: Alberto Soares da Silva** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

**Secretária Executiva: Zenaide Honório APEOESP** - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

**Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

**Diretor Executivo: José Carlos Souza** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Luís Carlos de Oliveira** - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

**Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes** - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

**Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira** - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de Pernambuco - PE

**Diretora Executiva: Marta Soares dos Santos** - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

**Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa** - Sindicato dos Eletricitários da Bahia - BA

**Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva** - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de São Paulo - SP

**Diretor Executivo: Ângelo Máximo de Oliveira Pinho** - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

#### **Direção Técnica**

**Diretor técnico:** Clemente Ganz Lúcio

**Coordenadora executiva:** Patrícia Pelatieri

**Coordenadora administrativa e financeira:** Rosana de Freitas

**Coordenador de educação:** Nelson de Chueri Karam

**Coordenador de relações sindicais:** José Silvestre Prado de Oliveira

**Coordenador de atendimento técnico sindical:** Airton Santos

**Coordenadora de estudos e desenvolvimento:** Angela Maria Schwengber

#### **Equipe técnica**

Fernando Adura Martins

Laender Batista

Samira Schatzmann

Egberto Spricigo (Equipe de apoio)

Iara Heger (Revisão de texto)